

Análise das NDC-Peru frente à redução do desmatamento e a mudança de usos dos solos



Resumo

Para atingir as metas estabelecidas nas Contribuições Determinadas a Nível Nacional (NDC - sigla em inglês), cada país deve contar com a vontade política dos diferentes setores do governo, do setor privado e da sociedade civil para assumir ações e gerar mudanças estruturais de governança dos países, as ações público-privadas, os instrumentos de políticas e normas públicas e privadas, os sistemas de investimento, o modelo de desenvolvimento econômico, entre outros.

A estratégia do Peru para implementação das NDC depende muito dessas parcerias, assim como para atingir a redução de suas emissões pelo uso do solo. Com relação a isso, a estrutura de análise realizada das NDC-Peru no presente documento, encontramos:

- ▼ O Peru aposta no Setor de Energia para reduzir as suas emissões de GEE para 2030.
- ▼ Dentro de suas medidas de mitigação de GEE (Gases de Efeito Estufa), entre os setores Uso da Terra, Mudança e Uso da Terra e Setor Florestal (MUT) e Agricultura não são mostradas medidas claras para a redução do desmatamento gerado pelas principais cadeias produtivas que incidem na perda das florestas do país.

Portanto, SPdE e CDP recomendam que os tomadores de decisões e formuladores de políticas possam:

- 1 Fazer os ajustes correspondentes à proposta de medidas de mitigação para o setor da agricultura nas NDC Peru e incorporar as cadeias produtivas de café, cacau e óleo de palma pela sua grande incidência nos problemas de desmatamento e degradação das florestas.
- 2 Considerar prioritária a consolidação da Coalizão Público-Privada facilitada pelo MINAGRI para alcançar a promoção e desenvolvimento de cadeias de valor livres de desmatamento e baixas em emissões na Amazônia peruana.
- 3 Priorizar a conclusão do desenvolvimento da Zonificação Econômica e Ecológica (ZEE) e a Zonificação Florestal nas regiões amazônicas para proporcionar maiores garantias ao processo de designação de direitos sobre as florestas para o manejo e aproveitamento dos recursos florestais e a designação de direitos sobre as terras não categorizadas da Amazônia.

Contexto das Ações Frente às Mudanças Climáticas

De acordo ao Índice de Risco Climático Global (IRC) de Germanwatch, Porto Rico, Sri Lanka e Dominica foram os países mais afetados em 2017. No total, mais de 526.000 pessoas morreram, e com perdas de mais de 3,47 trilhões de dólares americanos, entre 1998 e 2017 como consequência direta de cerca de 11.500 fenômenos climáticos extremos. Esses acontecimentos deixam evidente que os países mais pobres são os mais afetados e vulneráveis aos riscos climáticos.

Numa análise de 500 empresas das maiores do mundo por capitalização de mercado (G500), 215 empresas (que representam 16.95 trilhões de dólares americanos) informaram-se estimativas das possíveis implicações financeiras para uma proporção de seus riscos reportados, das quais, o CDP encontrou menos de 1 trilhão de dólares americanos (USD 970 bilhões) em riscos climáticos¹. Isto deixa em evidência que, ao ter perdas significativas por incidentes climáticos, assim

como também rápidas mudanças tecnológicas em certos setores como resultado da transição rumo à uma economia baixa em carbono, os reguladores financeiros e os investidores estão cada vez mais centrados para garantir que o setor privado esteja preparado para os riscos e oportunidades das mudanças climáticas.

Frente a este cenário, a aposta global por parte dos países e do setor privado é assumir compromissos para deter suas emissões e gerar ações em suas cadeias de suprimentos. Em 2015, o Acordo de Paris (AP), o Marco Sendai para a Redução de Risco de Desastres (MSRRD) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), insistem na necessidade de uma transição rumo a um futuro de resiliência climática sustentável e descarbonizada. Iniciativa que exige que todos os países, empresas e pessoas realizem ações climáticas para que a meta seja alcançada². Algumas das ações globais mais importantes podem ser vistas na Figura N° 1.

1. CDP, 2019. Major Risk or Rosy Opportunity. Are companies ready for climate change? Acesso em 14 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2mdcidk>

2. Nações Unidas. Acesso em 22 de abril de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2eaS2Vm>

AÇÕES GLOBAIS FRENTE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

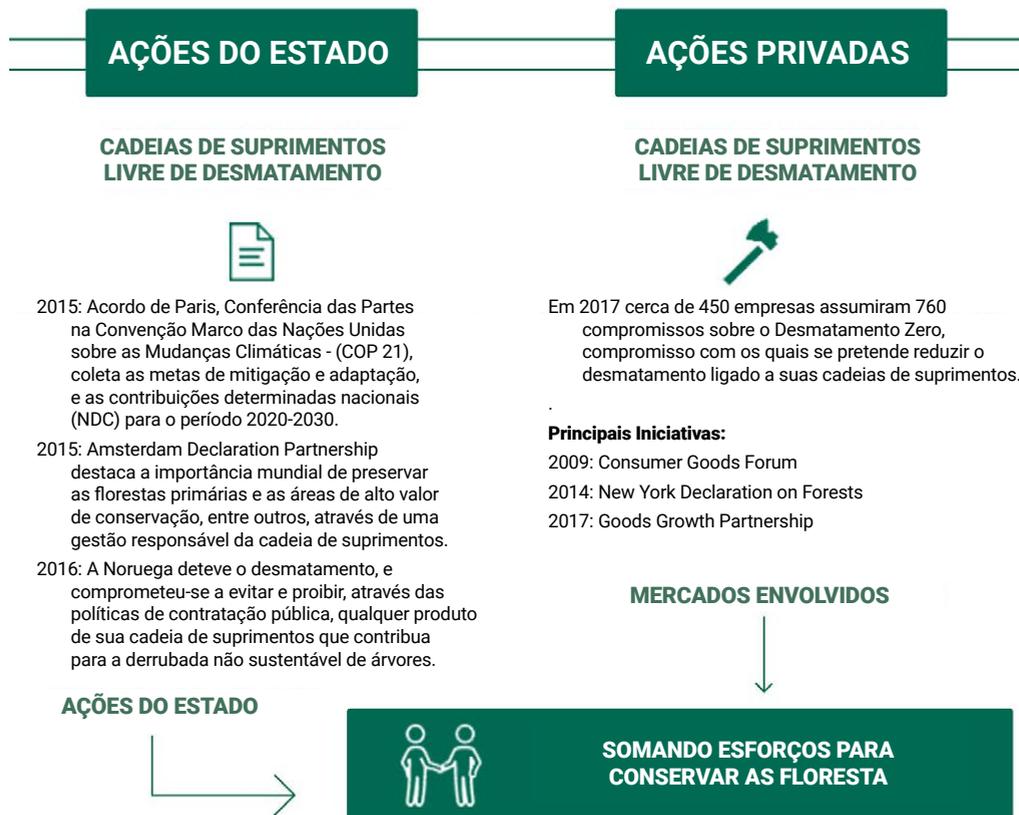


Figura 1: Ações globais frente às mudanças climáticas Fonte: Elaboração própria.

O instrumento mais importante para a implementação do Acordo de Paris é a NDC, a qual, todos os membros estão obrigados a apresentar como ação concreta para reduzir suas emissões de CO₂, sendo a conservação dos bosques um objetivo comum para todos.

De acordo com o último relatório do CDP, "The Money Trees", 70% das 1.500 empresas para quais foi solicitado que divulgaram quatro produtos de risco florestal (madeira, óleo de palma, produtos da pecuária e soja) em 2018, não o fizeram. Das empresas que divulgaram a informação, quase um terço não incluiu questões relacionadas às florestas em suas avaliações de riscos.

América Latina

Cerca de 92% das empresas que avaliam os riscos vendo impactos substanciais, fica claro que os riscos comerciais e financeiros associados ao desmatamento estão subestimados e ignorados.

América Latina e Caribe têm 935,5 milhões de hectares de floresta, o que corresponde a 46,4% da superfície total na região, e esta, a 23,4 da área total de florestas no mundo. 83% da área de florestas da região encontra-se nos países que compartilham a sub-região da Amazônia; Brasil (53%), Peru (8%), México (7%) e Colômbia (6%) com a maior superfície de florestas³.

Estudos como o da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) expressam que a região é especialmente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas devido à sua situação geográfica e climática; sua condição socioeconômica, demográfica e institucional; e a alta sensibilidade ao clima de seus ativos naturais, como as florestas e a biodiversidade⁴.

Além disso, indicam que, apesar de a estrutura das fontes de emissões da região ser mais limpa que a da média global, elas incluem mais emissões de mudança de uso do solo, portanto, os países teriam um desafio maior para reverter o cenário deste setor.

Gerar ações climáticas para alcançar o desenvolvimento sustentável seria o desafio dos países para enfrentar os riscos das mudanças climáticas, para isso, a bem sucedida implementação das NDC sob um claro itinerário seria o primeiro passo a ser dado. A aposta da região é deter o desmatamento, isso sem desmerecer as outras ações que os países contemplam para enfrentar o desafio das mudanças climáticas.

3. FAO, 2017. O estado das florestas e o setor florestal na região. Retirado de: <https://bit.ly/2leKXXP>

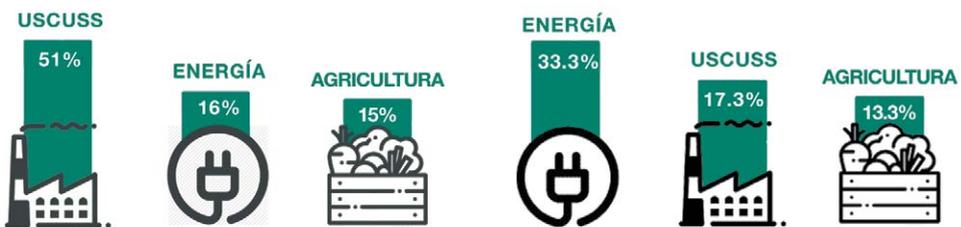
4. CEPAL, 2018. A economia das mudanças climáticas na América Latina e Caribe. Acesso em 17 de abril de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2BFg3gl>

Contexto das Ações Frente às Mudanças Climáticas

Infelizmente a taxa de desmatamento tem aumentado, mantendo uma semelhança entre as suas principais causas como o crescimento da agricultura de pequena e média escala, agricultura de grande escala, a mineração aurífera, a pecuária extensiva, a construção de estradas, as estradas florestais, o cultivo de coca, as represas hidroelétricas e a exploração de hidrocarbonetos.

As emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Peru estão centradas em 3 setores. O primeiro é o setor USCUS5 com 51%, seguido pelo setor de Energia com 16% e finalmente o setor da Agricultura com 15%⁶.

foi o que ocupou o primeiro lugar com 33,3% seguido pelo setor USCUSS com 17,3% e Agricultura com 13,3%, assim como o setor do Transporte⁸. Por isso, podemos dizer que a estratégia nacional para cumprir sua meta de redução de GEE é apostar em ações no setor de Energia.



O nível do potencial de redução de emissões de GEE para 2030 tem de igual modo ao setor USCUS liderando a lista com 43,1%, seguido pelo setor de Energia com 16,6% e finalmente o setor da Agricultura com 6,5%⁷. Mas quando nos referimos aos números de opções de mitigação nos setores, observa-se que, das 76 opções apresentadas pela Força Tarefa Multisetorial - NDC, o setor de Energia

Porém, o problema da perda das florestas para o país é uma realidade que não pode se negar, além disso, coloca em evidência a necessidade de gerar ações conjuntas entre o governo e o privado. De acordo com GEOBosque, site oficial do país para o monitoramento da perda de florestas, o país teria perdido 2.130.122 hectares de florestas entre os anos 2001- 20179.

5. O Setor USCUS e suas sub-categorias de emissões, emissão de mudança de uso do solo desde terras florestais para terras agrícolas, a gestão florestal em terras florestais que permanecem como tais, correspondentes ao aproveitamento de madeira, lenha e incêndios florestais, e emissões da mudança de uso do solo de terras florestais e pradarias.

6. MINAM 2019, Inventario Nacional de Gases de Efeito Estufa, Acesso em 05 de setembro de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2s4B0mO>

7. MINAM, 2018. Anexo: Lista de medidas de mitigação às mudanças climáticas do Estado peruano Acesso em 20 de abril de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2Z9w879>

8. MINAM, 2018: Relatório Final do GTM-NDC. Acesso em 25 de abril de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2PXDIm9>

9. MINAM, 2019. Portal GEOBosque. Acesso em 30 de agosto de 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2hVC04h>

As ações consideradas para o setor USCUS são essenciais para o Peru reverter a perda de suas florestas, especialmente da Amazônia peruana. Assim como para chegar ao Desmatamento Zero em 2030.

Infelizmente a taxa de desmatamento tem aumentado, mantendo uma semelhança entre as suas principais causas como o crescimento da agricultura de pequena e média escala, agricultura de grande escala, a mineração aurífera, a pecuária extensiva, a construção de estradas, as estradas florestais, o cultivo de coca, as represas hidroelétricas e a exploração de hidrocarbonetos.

Para enfrentar os múltiplos problemas das mudanças climáticas, o país aprovou 153 medidas para adaptação e mitigação de GEE. O documento centra sua análise nas 62 medidas de mitigação aprovadas, presentes nos 5 setores: energia, transporte, processos industriais e uso de produtos, Agricultura, USCUS e Resíduos. Medidas alinhadas com instrumentos de gestão pública e que se complementam com a visão e objetivos da Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas (ENCC - sigla

em espanhol) e a Lei Marco sobre Mudanças Climáticas, articuladas com o Inventario Nacional de Gases de Efeito Estufa (InfoCarbono), a Estratégia Nacional sobre Florestas e Mudanças Climáticas (ENBCC - sigla em espanhol), o Plano de Ação em Gênero e Mudanças Climáticas (PAGCC) e entre outras medidas tanto nacionais e locais¹⁰.

Destacamos a importância do setor USCUS na estratégia climática do país, já que junto ao setor da Agricultura representam 66% das emissões nacionais de GEE de acordo com o InfoCarbono. Portanto, o setor USCUS e de Agricultura teriam uma importância vital no planejamento das ações e políticas do país frente às mudanças climáticas, assim como o desafio de gerar ações para promover o desenvolvimento do país sem desmatar e baixa em emissões.

O compromisso do país no contexto da luta frente às mudanças climáticas é de deter o desmatamento e com isso a perda das florestas amazônicas, por isso é crucial contar com ações e políticas claras para o setor florestal e da agricultura.

As ações propostas para o país para estes setores podem ser vistas na Figura 2, das quais destacamos e damos um tratamento especial e monitoramento por seus riscos de desmatamento no setor USCUSS, ao componente de plantações florestais comerciais, designação de direitos de terras não categorizadas da Amazônia

e sistemas agroflorestais. No setor da Agricultura, preocupa-nos a omissão de algumas cadeias produtivas com altos riscos de desmatamento como a do café, cacau e óleo de palma, que lamentavelmente no país, têm sido as causantes da perda de milhões de hectares de florestas.

PERÚ NDC: SETORES MUT E AGRICULTURA



Figura 2: Resumo das medidas aprovadas no setor USCUSS e Agricultura, NDC Peru.
Fonte: Elaboração própria.

Política Nacional e Governança para as NDC no Peru

O Peru no contexto de suas iniciativas frente às mudanças climáticas tem gerado instrumentos técnicos e políticos, dos quais destacamos 4 (ver na Figura 3). Estas políticas dão as diretrizes nacionais para alcançar os compromissos assumidos com relação à redução das emissões de GEE e à conservação das florestas amazônicas.

É importante destacar que o Ministério do Meio Ambiente é a autoridade ambiental nacional, por isso, é o ente encarregado de definir os objetivos prioritários dos alinhamentos, os principais conteúdos e os padrões nacionais de cumprimento obrigatório que se realiza através da Política Nacional do Ambiente. A Direção Geral de Mudanças Climáticas e Desertificação (DGCCD - sigla em

espanhol) orienta, desenha e outorga assistência técnica e legal para a formulação e implementação de instrumentos sobre adaptação às mudanças climáticas e sobre redução de emissões GEE. Lidera a articulação intersetorial do Estado, a nível nacional, regional e local, em relação com os processos vinculados às mudanças climáticas e aos compromissos internacionais do país.

A implementação das medidas de adaptação e mitigação das NDC no Peru é um processo multisetorial, multinível e multiator que integra 13 Ministérios do Estado e a CEPLAN para combater às mudanças climáticas¹¹, elas podendo ser de implementação ou transversais de acordo com suas competências.

11. Contar com um esquema de governança tão ampla deixa o processo mais lento no processo de tomada de decisões, mas proporciona maiores garantias para que o processo leve em conta as posições das diferentes entidades vinculadas com a questão em seu planejamento, e para que no futuro seja mais fácil a implementação dos compromissos que o país assume no contexto das NDC.

PRINCIPAIS POLÍTICAS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, PERU

1. LEI SOBRE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (LEI Nº 30754)

Tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo a existência de ecossistemas saudáveis, viáveis e funcionais de longo prazo; e o desenvolvimento sustentável do país, mediante a preservação, proteção e recuperação do ambiente e seus componentes, a conservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, de uma maneira responsável e condizente com o respeito dos direitos fundamentais da pessoa.

2. POLÍTICA NACIONAL DO AMBIENTE

Tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo a existência de ecossistemas saudáveis, viáveis e funcionais de longo prazo; e o desenvolvimento sustentável do país, mediante a preservação, proteção e recuperação do ambiente e seus componentes, a conservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, de uma maneira responsável e condizente com o respeito dos direitos fundamentais da pessoa.

3. ESTRATÉGIA NACIONAL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (ENCC – sigla em espanhol)

Tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo a existência de ecossistemas saudáveis, viáveis e funcionais de longo prazo; e o desenvolvimento sustentável do país, mediante a preservação, proteção e recuperação do ambiente e seus componentes, a conservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, de uma maneira responsável e condizente com o respeito dos direitos fundamentais da pessoa.

4. ESTRATEGIA NACIONAL SOBRE FLORESTAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (ENBCC – sigla em espanhol)

Tem o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, garantindo a existência de ecossistemas saudáveis, viáveis e funcionais de longo prazo; e o desenvolvimento sustentável do país, mediante a preservação, proteção e recuperação do ambiente e seus componentes, a conservação e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, de uma maneira responsável e condizente com o respeito dos direitos fundamentais da pessoa.

Figura 3: Principais políticas de luta contra as mudanças climáticas, Peru Fonte: Elaboração própria.

Desafios de algumas cadeias produtivas para contribuir para o cumprimento das NDC

Já que cumprir com as NDC é um esforço de todos os atores do país e mesmo que no momento as entidades governamentais estejam assumindo um papel protagonista, o papel do setor privado é fundamental, ao ser ele o responsável pelos investimentos que permitem mudanças de transformação nos setores da economia com maiores emissões de GEE. Neste contexto, o

maior desafio é envolver o setor privado de forma permanente e colaborativa, no processo de planejamento, implementação e cumprimento da meta nacional.

Dentro das medidas de mitigação das mudanças climáticas para os setores USCUS e Agricultura foram identificados alguns desafios:

SETOR MUT		
COMPONENTES	AÇÕES	DESAFIOS
Conservação	Garantindo o Futuro das Áreas Naturais Protegidas: Patrimônio do Peru	Garantindo o Futuro das Áreas Naturais Protegidas: Patrimônio do Peru
Manejo florestal	Manejo Florestal Sustentável em concessões florestais Manejo Florestal Comunitário	Implementação de uma ferramenta que garanta o fornecimento de madeira de origem legal. (O país está desenvolvendo um Protocolo de Diligências para o setor, o qual vai requerer o compromisso e trabalho em equipe das entidades públicas e privadas para a sua construção e sucesso de sua implementação).
Reflorestamento e agrossilvicultura	Plantações Florestais Comerciais Plantações Florestais com fins de proteção e/ou restauração Sistemas agroflorestais	Desenho do sistema de informação para a verificação e quantificação de CO ₂ nas áreas de plantio. Considerações sobre critérios de riscos de desmatamento e mudança de uso do solo nos projetos de reflorestamento para fins comerciais e o projeto de Lei que incentive as plantações florestais e os sistemas agroflorestais.
Designação de direitos	Designação de Direitos de Terras não categorizadas da Amazônia	Concluir os processos de Zonificação Florestal na Amazônia peruana e integrar as outras ferramentas de planejamento como o Sistema de Organização Territorial e Zonificação Econômica e Ecológica, a Zonificação Agroecológica, entre outros.

SETOR AGRICULTURA

COMPONENTES	AÇÕES	DESAFIOS
Pecuária	<p>Manejo dos sistemas de produção pecuários nas pastagens naturais alto-andinas para a redução de GEE.</p> <p>Manejo dos sistemas de produção pecuários nas pastagens cultivadas de serra para a redução de GEE.</p> <p>Implementação de técnicas de manejo de pastagens através de sistemas silvopastoris para a redução de GEE na selva.</p>	<p>Os maiores problemas de desmatamento vinculados à cadeia do leite e da carne ocorrem nos sistemas produzidos na Amazônia, os quais incidem de forma direta na mudança do uso do solo de aptidão florestal para conversão em solo agropecuário, portanto, o desafio do país seria impulsar um desenvolvimento pecuário baixo em emissões ou livre de desmatamento com ações mais concretas no território amazônico.</p>
Cultivos permanentes	<p>Manejo sustentável de cultivos permanentes na Amazônia para a diminuição de GEE</p>	<p>Considerar medidas para as principais cadeias agrícolas que incidem no desmatamento: cadeia de óleo de palma, café, cacau, assim como promover as cadeias de suprimentos livres de desmatamento.</p>

Figura 4: Principais desafios nos setores USCUS e Agricultura, NDC Peru.
Fonte: Elaboração própria.

Recomendações

A SPdE e o CDP têm estado trabalhando há 3 anos no Peru para realizar análises e propostas de ações para a gestão de riscos de desmatamento ligadas às cadeias de suprimentos dos commodities de óleo de palma, pecuária (carne), madeira e soja. Isto com o objetivo de gerar políticas que reduzam a pressão sobre as florestas através e parcerias com atores importantes dos setores público, privado e da sociedade civil para reduzir o desmatamento da Amazônia peruana. Para isto, ambas instituições colocam à disposição informação para tomadores de decisões e formuladores de políticas como: a análise situacional das principais commodities peruanas com riscos de desmatamento¹³ e ferramentas de relatórios para melhorar a transparência das empresas (Questionário de florestas do CDP¹⁴).

No contexto da análise realizada sobre as NDC - Peru para reduzir o desmatamento no país, recomendamos o seguinte:

Nível político

1 Promover a integração dos objetivos climáticos na agenda nacional de desenvolvimento, o apoio e a participação das múltiplas partes interessadas na implementação das NDC são crucial para cumprir com os acordos do país. Por isso, sugere-se uma maior coordenação intersetorial entre o MINAM e MINAGRI para atingir a implementação adequada das medidas de adaptação e mitigação, especialmente para promover a conservação das florestas desde o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e livre de desmatamento.

2 Contar com um bom esquema de governança de florestas e mudanças climáticas é crucial para a tomada de decisões e implementação de políticas num nível multiator e multinível, diminuição da corrupção e de distorções do mercado. Por isso, considera-se como prioritária a consolidação da Coligação Público-Privada facilitada pelo MINAGRI com uma representação proporcional dos atores e compromissos do setor privado para atingir uma produção livre de desmatamento e baixa em emissões.

3 As cadeias produtivas de café, cacau e óleo de palma são atividades que têm uma grande incidência nos problemas de desmatamento e degradação das florestas e são considerados como os principais condutores de desmatamento no país junto à atividade pecuária; por isso, é necessário que elas sejam consideradas de forma explícita na lista de medidas de mitigação frente às mudanças climáticas, para tanto, sugere-se realizar ajustes correspondentes antes da apresentação oficial das NDC pelo

4 Para uma boa implementação do setor USCUSS e da Agricultura é necessário fortalecer a autoridade florestal e da fauna silvestre, e a autoridade ambiental a nível regional e nacional, para que assumam suas competências tanto no contexto político e técnico com eficiência e profissionalismo, e para que se atinja a meta de promover um desenvolvimento do país baixo em emissões e livre de desmatamento.

12. Disponível: <https://bit.ly/2mkeklo>

13. Disponível: <https://bit.ly/2mgUjT9>

Nível técnico-operacional:

- 1 É essencial concluir os processos de ZEE e a zonificação florestal, já que eles são pré-requisitos para a maioria das medidas consideradas como o desenvolvimento de manejo florestal sustentável e comunitário, a agrossilvicultura, a gestão das áreas naturais protegidas e a designação de direitos sobre as florestas para o manejo e aproveitamento. Assim como para a designação de direitos de terras não categorizadas da Amazônia.
- 2 O sucesso da redução das emissões de CO₂ vai depender os modelos que sejam promovidos pelo país, por isso, é necessário contar com um instrumento de gestão para o setor agrário que fomente uma agricultura livre de desmatamento com foco de paisagem sustentável. Para isso, contar com espaços para o diálogo público-privado multinível será crucial, a fim de fomentar as capacidades e adoção de enfoques de produção sustentável e implementar uma agricultura livre de desmatamento nas cadeias produtivas de pecuária, óleo de palma, café e cacau.
- 3 O trabalho conjunto frente à luta contra as mudanças climáticas é estratégico, por isso, consideramos importante fomentar a associatividade entre pequenos produtores e a grande empresa, a fim de fomentar cadeias de suprimentos sustentáveis sob um esquema de governança para gerar interação entre as atividades agrárias florestais e de conservação.
- 4 Alcançar a meta de ter um crescimento verde no país inteiro é todo um desafio, ainda mais se pretende-se alcançá-la conservando as florestas e sua biodiversidade. Para isso, consideramos que contar com instrumentos econômicos e financeiros que incorporem critérios como riscos de desmatamento, agricultura livre de desmatamento ou baixa em emissões nas atividades produtivas a promover são essenciais para seu sucesso.

CDP Latin America

Lauro Marins

Executive Director
lauro.marins@cdp.net

Rebeca Lima

CSC Senior Manager, CDP Latin America
rebeca.lima@cdp.net

Gustavo Souza

Policy Manager, Latin América
gustavo.souza@cdp.net

**Sociedad Peruana de
Ecodesarrollo (SPDE)**

Miguel de la Cruz

CEO
mdelacruz@spdecodesarrollo.org

Andres de la Cruz

Executive Director
adelacruz@spdecodesarrollo.org

Catty Samaniego

Conservation and Policy Director
csamaniego@spdecodesarrollo.org

CDP Worldwide

Level 4
60 Great Tower Street
Londres EC3R 5AD Reino Unido
Tel: +44 (0) 20 3818 3900
www.cdp.net

SPDE Central

Arturo Aguilar N° 202
Santiago de Surco,
Lima - Perú
Tel.: +51 1 6967572
www.spdecodesarrollo.org

This policy brief was put together by CDP and SPDE:



SOCIEDAD
PERUANA DE
ECODESARROLLO



This project was supported by:



Norad